

Alfredo, O Grande: Um Rei Saxão No *Esope* De Marie De France

Prof. Ms. Maria de Nazareth Lobato
Mestre em História/ UFRJ

Resumo

O artigo pretende apresentar Alfredo como um rei cuja memória foi resgatada contemporaneamente à de Artur. Para tanto, iremos identificar aspectos da atuação de Alfredo, e estabelecer relações entre seu reinado e o de Henrique II que justificariam a menção a Alfredo feita por Marie de France em sua coleção de fábulas denominada *Esope*.

Palavras-chave: Alfredo o Grande, Henrique II, Inglaterra Medieval

Abstract

The article intends to show Alfred as a king whose memory was rescued at the same time of the Arthur. In this sense, the article presents some aspects of Alfred's government, and establishes relations between Alfred and Henry II's reigns which could justify the reference to Alfred made by Marie de France in her collection of fables called *Esope*.

Key-words: Alfred the Great, Henry II, Medieval England

Em 1066, Guilherme, duque da Normandia, invadiu a Inglaterra reivindicando seu direito ao trono. Liderando um grande exército, atravessou o Canal da Mancha e venceu os soldados do rei saxão Haroldo em Hastings, numa campanha imortalizada pela famosa tapeçaria de Bayeux. No dia de Natal do mesmo ano, Guilherme, apelidado o Conquistador, foi coroado Guilherme I, rei da Inglaterra, dando início ao domínio normando sobre a ilha que outrora havia sido bretã e, posteriormente, anglo-saxônica.

Muito embora as invasões normandas sejam consideradas como um divisor de águas na história do reino inglês, bastou apenas um século para que figuras heróicas do passado aflorassem na memória e encontrassem um lugar na literatura do século XII. Época do início do processo de centralização política no Ocidente europeu, a Inglaterra presenciou a valorização do poder monárquico através do resgate de dois símbolos da realeza ancestral: o bretão Artur e o saxão Alfredo.

A figura de Artur surgiu no contexto da luta entre os bretões e os invasores anglo-saxões, durante o processo das invasões germânicas que, a partir do século V, fragmentaram a parte ocidental do Império Romano. Derrotados, os bretões se refugiaram na Cornualha, no País de Gales (RICHE, S/D: 104) e no noroeste da França (LOYN, 1990: 58). Os vitoriosos anglo-saxões dominaram a Inglaterra através da formação de sete reinos – Mércia, East Anglia, Northumbria, Kent, Essex, Sussex e Wessex – que, até o século IX, se envolveram em constantes disputas pela hegemonia política, as quais resultaram na supremacia do reino saxão de Wessex sobre os demais (RICHE, s/d: 106). Durante os dois séculos seguintes, a Inglaterra viveu um período de unidade política, apesar das frequentes investidas dos dinamarqueses, cujo avanço foi detido por Alfredo, rei de Wessex (MORTON, 1970: 36), o qual, pelos seus feitos, recebeu o cognome de *O Grande*.

A lembrança de Artur atravessou os séculos, passando a simbolizar o rei ideal que, um dia, iria retornar para recuperar a Bretanha do controle dos saxões. A primeira referência a Artur como *dux bellorum* – chefe guerreiro – apareceu na obra *Historia Britonnum*, escrita por Nennius em torno do ano 800. No entanto, foi só no século XII que Artur desempenhou um papel relevante na literatura ocidental. Através da obra *Historia Regum Britanniae*, escrita por Geoffrey de Monmouth cerca de 1135, a figura de Artur passou a ser utilizada para fins políticos, com o intuito de reforçar o poder da nova realeza. (ZIERER: <http://www.ricardocosta.com/mito.html>). Quanto a Alfredo, sua lembrança como um rei que se saiu vitorioso em circunstâncias adversas, e como um rei que foi um sábio legislador, sobreviveu durante toda a Idade Média (WHITELOCK, 1987, v.1: 260).

Ambos estão presentes na obra de Marie de France. Nos *Lais*, Artur é um dos personagens do lai *Lanval*, e Alfredo é citado no Epílogo do *Esope*. Mas se o nome de Artur é por demais familiar, o mesmo não se pode afirmar quanto ao de Alfredo. Desse modo, o presente artigo pretende retirar Alfredo das brumas do esquecimento e apresentá-lo como um soberano cuja memória foi resgatada contemporaneamente à de Artur. Para tanto, iremos identificar aspectos da atuação de Alfredo e estabelecer relações entre seu reinado e o de Henrique II que justificariam a menção, feita por Marie, na referida obra.

O papel cultural de Alfredo

Quarto filho de Ethelwulf, Alfredo reinou em Wessex de 871 a 899. Sendo o mais jovem entre os filhos do soberano, parecia improvável que um dia se tornaria rei. Talvez seu pai o tenha destinado à carreira eclesiástica (NELSON, 1991: 17), o que poderia explicar suas duas visitas a Roma, aos quatro e aos seis anos de idade (BROOKE, 1927: 19). Ao retornar de Roma, esteve na corte de Carlos, o Calvo, onde muito possivelmente escutou a respeito da educação que Carlos Magno desenvolveu no império, e cujo exemplo procurou seguir quando, anos mais tarde, se encarregou de semelhante tarefa na Inglaterra (BROOKE, 1927: 19).

Após a morte dos três irmãos que o antecederam, os nobres ofereceram o governo a Alfredo, em detrimento do filho do falecido rei Ethelred. Aos vinte e um anos Alfredo herdou, juntamente com a coroa, as adversidades decorrentes dos ataques dinamarqueses. Estabelecidos na Inglaterra desde 865, os dinamarqueses haviam criado um território submetido às suas leis – o *Danelaw* –, e do qual fazia parte a cidade de Londres. A resistência de Wessex culminou com a recuperação dessa cidade por Alfredo, que, a partir de então, foi reconhecido como rei por todos os ingleses que não se encontravam submetidos às leis dinamarquesas (WAINWRIGHT, 1955, v.1: 251; WHITELOCK, 1987, v.1: 260). Mas, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, Alfredo conseguiu se destacar nas áreas administrativa e legislativa, organizando as finanças do reino e revivendo a prática da legislação através da promulgação de um código de leis (WAINWRIGHT, 1955, v.1: 252; WHITELOCK, 1987, v.1: 260), em cuja introdução, ao sublinhar o respeito à tradição, explica sua intenção e os limites de sua intervenção:

"Então eu, rei Alfredo, reuni essas [leis] e ordenei que fossem escritas muitas das quais nossos antepassados observaram, aquelas das quais gostei; e muitas das quais não gostei, rejeitei com a recomendação dos meus conselheiros, e ordenei que fossem diferentemente observadas. Não ousei supor em colocar por escrito muitas de minha autoria, porque me era desconhecido o que deveria agradar aos que viriam depois de nós. Mas aquelas que encontrei em todos os lugares, que me pareceram mais justas, tanto do tempo de meu parente, rei Ine [688-726], como de Offa, rei dos mercianos [757-796], ou de Etelberto [rei de Kent, 560-616], que entre os ingleses primeiro recebeu o batismo, reuni aqui e omiti outras. Então eu, Alfredo, rei dos saxões ocidentais, mostrei-as a todos os meus conselheiros, e eles disseram que estavam todos satisfeitos em observá-las". (ALFREDO. Citado por BROOKE, 1969: 45-46).

Entretanto, é o aspecto cultural de seu reinado que nos interessa mais de perto. Alfredo também é considerado como um rei na literatura inglesa, pois foi através dele que a prosa literária nesse idioma – no caso, o inglês arcaico – teve início (BROOKE, 1927: 19; STENTON, 1971: 270). Embora tenha se dedicado, principalmente, a traduções, Alfredo intercalava esse trabalho com comentários pessoais que revelam suas idéias, seus interesses e sua preocupação em elevar o nível cultural de seu reino (BROOKE, 1927: 19), uma vez que o declínio da instrução ocupou o centro de suas atenções, como ele mesmo nos esclarece:

"O ensino decaiu tão completamente na Inglaterra que não existiam muitos nesse lado do Humber que pudessem compreender suas cerimônias [latinas] em inglês ou

ainda traduzir uma carta do latim para o inglês, e penso que não existiam muitos além do Humber. Existiam tão poucos deles que não posso recordar de um único ao sul do Tâmis quando assumi o reino." (ALFREDO. Citado por BROOKE, 1969: 40).

Para suprir essa lacuna, levou eruditos da Mércia, de Gales e do Continente para sua corte (WAINWRIGHT, 1955, v.1: 252; WHITELOCK, 1987, v.1: 260), entre os quais se encontrava Asser, seu companheiro mais próximo, autor de sua biografia – *Vida do Rei Alfredo* (<http://sunsite.berkeley.edu/OMACL/KingAlfred>) – e com quem aprendeu latim (BROOKE, 1927: 19-20).

O primeiro trabalho realizado por Alfredo, antes mesmo da elaboração de seu livro de leis, foi o *Handbook (Manual)*. Supervisionado por Asser, era um livro contendo trechos religiosos da Bíblia ou dos Padres da Igreja, que Alfredo traduzia para o inglês, adicionando ilustrações e comentários com suas próprias palavras (BROOKE, 1927: 20). A partir de então, Alfredo se dedicou à tradução, para o inglês, de cinco obras escritas em latim e que considerava fundamentais: *Zelo Pastoral*, do papa Gregório Magno; a *História Eclesiástica do Povo Inglês*, de Beda; a *História do Mundo*, de Orósio; *Consolação da Filosofia*, de Boécio; e um texto baseado nos *Solilóquios* de Santo Agostinho (LE GOFF, 1983, v.II: 255; VIZIOLI, 1992: 45).

A obra de Gregório Magno, um manual sobre os deveres do clero, constitui a primeira tradução por ele realizada, e da qual restam três manuscritos (BROOKE, 1927: 20 e 30). No Prefácio, além de identificar os eruditos que integravam sua corte, Alfredo justifica seu trabalho:

"Quando recordava o quanto do conhecimento da língua latina havia decaído na Inglaterra, e não obstante muitos podiam ler coisas escritas em inglês, comecei no meio de outros variados e numerosos afazeres desse reino a passar para o inglês o livro que em latim é chamado *Pastoralis* e em inglês *Shepherd-Book [O Livro do Pastor]*, às vezes palavra por palavra, às vezes através de uma paráfrase; porquanto aprendi isso do meu arcebispo Plegmund, e meu bispo Asser, e meu padre Grimbold e meu padre John. Quando aprendi ele, traduzi-o para o inglês da maneira como poderia traduzi-lo mais compreensivelmente: e irei enviar um para cada sé em meu reino." (ALFREDO. Citado por BROOKE, 1969: 46-47).

A *História Eclesiástica do Povo Inglês*, de Beda, segunda tradução realizada, sobrevive em cinco manuscritos. Além de ter omitido vários capítulos do original, Alfredo não acrescentou nada de sua autoria (BROOKE, 1927: 20 e 30). Após esse trabalho, o soberano deu início à publicação da *Crônica Anglo-Saxônica* (BROOKE, 1927: 20), relato anual dos eventos da história inglesa que, focalizando reinados anteriores, foi mantida até o século XII (VIZIOLI, 1992: 45).

Sua terceira – e muito livre - tradução foi a *História do Mundo*, de Orósio, da qual restam dois manuscritos. Feita para ensinar tudo o que era conhecido sobre o mundo que se estendia para além da Inglaterra, nela Alfredo omitiu o que julgou desnecessário, inserindo, com seus próprios comentários, assuntos que considerava de interesse dos ingleses (BROOKE, 1927: 20 e 30).

Mas a obra mais reveladora da intervenção de Alfredo é sua tradução para a *Consolação da Filosofia*, de Boécio, feita quase no final de sua vida e preservada em

dois manuscritos. Ao diálogo entre Boécio e a filosofia, realizado na prisão, Alfredo acrescentou várias passagens de sua própria autoria, inserindo observações relativas à sua vida (BROOKE, 1927: 21 e 30). No Prefácio, Alfredo escreve na terceira pessoa para descrever seu ofício como tradutor:

"O rei Alfredo foi o tradutor deste livro, e o transformou do latim para o inglês como é feito agora. Às vezes ele ajustou palavra por palavra, às vezes significado por significado, de forma que pudesse traduzir da maneira mais simples e mais claramente, a despeito dos variados e numerosos encargos mundanos que, freqüentemente, o ocuparam de corpo e alma. Esses encargos, que nos seus dias se aproximaram da realeza da qual ele se encarregou, são para nós muito difíceis de enumerar. Além disso, quando ele aprendeu nesse livro e mudou-o do latim para a língua inglesa, ele em seguida realizou-o em verso, como é feito agora. E agora ele suplica, e por amor de Deus implora a todos a quem possa agradar ler o livro, que reze por ele, e que não o censure se compreendeu-o mais corretamente do que ele [o rei] poderia. Para todos, conforme o grau de sua compreensão e lazer, devem dizer o que ele falou e fazer o que ele realizou" (ALFREDO. Citado por BROOKE, 1927: 22).

No Livro V, considerado quase totalmente reescrito por Alfredo (BROOKE, 1927: 21), sua oração, incluída na obra, deixa transparecer a religiosidade do soberano:

"Senhor Deus Onipotente, criador e governante de todas as criaturas, imploro a Ti pela tua grande misericórdia, e pelo símbolo da sagrada cruz de Cristo, e pela virgindade de Santa Maria, e pela obediência de São Miguel, e por todo o amor dos Teus santos sagrados e seus méritos, que Tu me guies melhor do que tenho feito em direção a Ti. E me oriente para a Tua vontade, para a necessidade de minha alma, melhor do que eu mesmo posso. E mantenha minha mente firme em direção à Tua vontade e à necessidade de minha alma. E me fortaleça contra as tentações do demônio e coloque longe de mim a luxúria obscena e todas as injustiças. E me proteja contra meus inimigos, visíveis e invisíveis. E me ensine a realizar Tua vontade, que eu possa Te amar interiormente acima de todas as coisas com uma alma pura e um corpo imaculado. Porque Tu és meu criador e meu redentor, meu amparo, meu conforto, minha fé e minha esperança. Louvor e glória são para Ti agora, para todo o sempre, por todos os séculos dos séculos. Amém." (ALFREDO. Citado por BROOKE, 1927: 22).

Alfredo nos apresenta, ainda, um texto considerado emblemático no tocante à formulação de uma sociedade constituída por três ordens, visto anteceder em pouco mais de um século o famoso esquema clerical elaborado por Adalberón de Laon. Segundo Jacques Le Goff, as considerações de Alfredo, contidas na *Consolação da Filosofia*, constituem o primeiro texto medieval onde aparece, de maneira explícita, o tema da sociedade tripartida, e segundo o qual um rei, para governar, deveria ter homens de oração, homens de cavalo e homens de trabalho (LE GOFF, 1979: 76; LE GOFF, 1983, v.II: 9 e 255):

"Razão! Na realidade, tu sabes que nem a cobiça nem o poder deste reino terrestre foram alguma vez muito agradáveis para mim, nem aspirei absolutamente muito depois deste reino terrestre. Contudo, na verdade, desejei material devido ao trabalho que me foi ordenado fazer; portanto, devo guiar e orientar com dignidade e capacidade o poder do qual fui encarregado. Na verdade tu sabes que nenhum homem pode proclamar algum ofício, [nenhum homem] pode ordenar, ou guiar qualquer

governo, sem ferramentas ou material – material, isto é, para cada ofício, sem o qual um homem não pode trabalhar naquela profissão. Este é, portanto, o material de um rei e suas ferramentas, por meio das quais governa - que ele tenha sua terra totalmente fortificada, que ele tenha homens de oração, homens de exército e trabalhadores. Na realidade, tu sabes que, sem essas ferramentas, nenhum rei pode anunciar seu ofício. Esse também é seu material – que ele tenha, com as ferramentas, meios de subsistência para as três categorias – terra para habitar, dádivas, armas, alimento, cerveja, roupas e tudo o mais que as três categorias precisarem (...).

E este é o motivo pelo qual desejei material para orientar meu poder, de modo que minha habilidade e governo não sejam esquecidos e ocultados, pois todo trabalho e todo governo devem envelhecer muito rapidamente e passar por alto silenciosamente, se forem sem sabedoria; porque tudo o que é feito através da loucura ninguém pode alguma vez chamar [de] trabalho. Agora gostaria de dizer brevemente que desejei viver dignamente enquanto vivi, e após minha vida deixar aos homens que virão depois de mim minha lembrança em boas ações." (ALFREDO. Citado por BROOKE, 1927: 22).

Finalmente, no que diz respeito aos *Solilóquios* de Santo Agostinho, última tradução de Alfredo, os especialistas consideram como mais ou menos garantida a tradução dessa obra pelo soberano. No Prefácio, visto como uma despedida de seu trabalho como tradutor, ele aconselha outros a seguirem seu exemplo pelo bem do reino. A tradução é dividida em três diálogos, o último se encerrando com as seguintes palavras: "Aqui terminam os provérbios do rei Alfredo." (BROOKE, 1927: 21).

Alfredo é considerado como o mais efetivo governante que apareceu no Ocidente europeu desde Carlos Magno e, como nenhum outro rei da Alta Idade Média, se determinou a explorar tudo o que a literatura da antiguidade cristã pudesse oferecer. Apesar disso, seus livros constituem uma realização isolada, uma vez que a fase do ensino inglês, por eles representada, terminou com o desenvolvimento de uma nova erudição em latim na geração após sua morte (STENTON, 1971: 269 e 275). Atualmente, Alfredo costuma ser lembrado como um grande pioneiro, um soberano que planejou muitos aspectos de um reino inglês unificado, embora não tenha vivido o suficiente para ver seus planos realizados. Mas, quando morreu, era o líder reconhecido de todos os ingleses sobreviventes do sul ao oeste do país (BROOKE, 1969: 31-33).

O papel cultural da corte de Henrique II

Ao ser coroado, em 1154, Henrique II Plantageneta deu início a uma nova dinastia, recebendo como herança política uma Inglaterra desgastada pelas lutas decorrentes da disputa pelo trono que, no governo anterior, opuseram sua mãe, Matilde, e seu primo, o rei Estevão. Visando obter o apoio da nobreza, Matilde e Estevão fizeram concessões que acabaram levando ao enfraquecimento do poder central. Visando consolidar seu poder, Henrique II se lançou à tarefa de reconstrução do reino através de uma política de centralização monárquica, cujos instrumentos foram, no plano administrativo, a organização da justiça e das finanças. Durante seu reinado, os antigos mecanismos de governo, os tribunais reais e o Tesouro logo retornaram à eficiência dos dias de seu avô, Henrique I (BROOKE, 1969: 173-176).

Nos planos cultural e ideológico, o reinado de Henrique II se caracterizou pelo incentivo à produção literária. Tendo sido o primeiro rei inglês totalmente letrado após a

conquista normanda, Henrique II presenciou o auge de um período conhecido como "Renascença do Século XII", movimento que se expressou nas letras e nas artes, e cujas características foram a valorização do saber clássico e do humanismo, este último entendido em dois sentidos: reverência à literatura latina e interesse pela individualidade e emoção dos seres humanos (BROOKE, 1990: 316). Tal movimento não se restringiu ao século XII, tendo se iniciado no final do século anterior. Mas foi no século XII que essa "Renascença" alcançou seu esplendor (BLOCH, 1979: 127). E embora tenha se estendido por todo o Ocidente europeu, foi no oeste da França e na corte da Inglaterra que esse movimento encontrou seus maiores centros de expressão (MÉNARD, 1979: 32).

Por outro lado, Jacques Le Goff denominou o período em questão de "reação folclórica". Considerada como manifestação de todas as camadas laicas da sociedade, Le Goff atribui a irrupção de uma literatura profana nos séculos XI e XII ao desejo da pequena e média nobreza de criarem para si uma cultura que fosse relativamente independente da cultura clerical. Essa nova cultura, que o autor identifica como feudal e laica, era, no seu entender, "a única cultura de reserva que os senhores podiam, se não opor, pelo menos impor, ao lado da cultura clerical"(LE GOFF, 1979: 216-217).

No que se refere ao aspecto literário, é possível inscrever o reinado de Henrique II nos dois movimentos acima mencionados. A Inglaterra era o paraíso dos escritores que, embora tomados de prazer e orgulho pela sua arte, encontravam ainda no patrocínio um incentivo adicional para a realização de seu ofício (JONES, 1932: 172), uma vez que os reis e os nobres, patronos da literatura, gostavam de ter livros dedicados a eles (POOLE, 1951:242).

A corte de Henrique II, considerada como a mais brilhante da Europa, foi palco de uma literatura produzida tanto em latim como em língua vulgar - no caso, o franco-normando. Nessa época, eram três os idiomas falados no reino inglês: o franco-normando - que após a Conquista se tornou a língua da nobreza - era o idioma da corte (WALLER, 1932: 152); o inglês - no caso, o arcaico - era utilizado pela população em geral (VIZIOLI, 1992: 12; WALLER, 1932: 152); e o latim era a língua da Igreja (POOLE, 1951: 250; VIZIOLI, 1992: 12). Tal diferenciação lingüística também se aplicava à produção literária. Enquanto as obras escritas em latim eram destinadas ao saber erudito - pois era a língua da erudição e da instrução -, a literatura escrita em franco-normando pretendia ser compreensível a um público não letrado ou não versado em latim, isto é, aos leigos. Desse modo, é possível afirmar que tanto o idioma quanto a produção literária possuíam uma função social (CLANCHY, 1993: 200-201; DUBY, 1986: 27-28; POOLE, 1951: 232; VIZIOLI, 1992: 17; WALLER, 1932: 152).

Em torno de Henrique II gravitavam eruditos como Walter Map, Giraldus Cambrensis e o célebre João de Salisbury. Além de patrocinar obras em latim, o soberano incentivou a produção de uma literatura em franco-normando, voltada para a nobreza da corte. Segundo George Duby, o rei incentivava o desenvolvimento de uma cultura cavaleiresca como forma de se opor à literatura clerical e à cultura desenvolvida na corte de seu rival, Luís VII de França. Para tanto, mantinha em sua casa os mais talentosos e ousados escritores de seu tempo (DUBY, 1997: 49). As obras sobre o amor cortês e a matéria da Bretanha encontraram na corte de Henrique II um terreno propício para seu florescimento, visto se adequarem à política de centralização monárquica empreendida pelo soberano.

Contrapartida laica do culto à Virgem, o amor cortês foi uma criação da nobreza. Era um amor feudalizado, no qual a dama ocupava uma posição de superioridade em relação ao amante, que a servia como um vassalo serve a seu senhor. No universo feminino da Idade Média, a dama era a mulher nobre, casada e proprietária de terras. Sob a ótica do ideal cavaleiresco, ela era a fonte de inspiração e objeto de veneração. Impossível entre marido e mulher, o amor cortês era, na maioria das vezes, platônico (POWER, 1979: 23-27). Por outro lado, na visão de Georges Duby, as obras sobre o amor cortês desempenharam um papel de reguladoras do comportamento entre os cavaleiros celibatários e as damas, pois, ao promulgarem um código de conduta, "visavam limitar na aristocracia militar os estragos de um descaramento sexual irreprimível" (DUBY, 1993: 343). No entanto, em que pese o caráter evasivo dessa literatura, a frivolidade do tema não deve ser confundida com a ingenuidade de seu propósito que, além de didático, era também político. O mesmo autor ressalta que os poemas de amor cortês forma integrados à educação cavaleiresca de forma consciente, uma vez que, ao reforçarem uma moral e uma ética vassálicas, contribuíram para consolidar as bases do Estado feudal (DUBY, 1993: 344).

Essa tarefa de consolidação do poder central contou, ainda, com a ampla difusão da "matéria da Bretanha", expressão utilizada para caracterizar o conjunto de obras que giravam em torno de Artur e seus cavaleiros da Távola Redonda (MEGALE, 1989: 1). De chefe guerreiro, líder da resistência bretã às invasões saxônicas, Artur foi elevado à condição de rei pelas mãos de Geoffrey de Monmouth, cuja *Historia Regum Britanniae*, posteriormente traduzida para o franco-normando, inaugurou a onda literária do rei Artur (JONES, 1932: 158; MEGALE, 1989: 1).

Além disso, foi durante o reinado de Henrique II que o papel desempenhado pelo rei começou a sofrer modificações. Segundo Georges Duby, o esquema trifuncional da sociedade de ordens – formada pelos *oratores* (sacerdotes), *bellatores* (guerreiros) e *laboratores* (trabalhadores) -, proposto no início do século XI por Adalberón de Laon e Gerard de Cambrai, foi retocado no século seguinte para melhor se adequar a uma época de transformações na sociedade:

"... o príncipe afirmou-se o condutor do jogo. Não toma parte nele. É árbitro. Vigia para que sejam respeitadas as regras, cumpridos os deveres, justamente atribuídas as recompensas (...). Para Adalberão e Gerardo, o rei não dominava a trifuncionalidade. Tomava lugar a seu lado, como o primeiro dos *bellatores* (...). Para Benedito de Sainte-Maure, e para seu amo a quem procurava servir, o príncipe deve dominar as três funções, guiado por elas, vigiando-as – no fim das contas o mesmo que representava para o rei Alfredo (...)" (DUBY, 1982: 302).

O amo a quem Benedito de Sainte-Maure servia era Henrique II Plantageneta, a mando do qual escreveu uma *História dos Duques da Normandia*. Porém, a despeito da grande importância política desse ducado, a Inglaterra era, para Henrique, o seu reino. Um reino cujo soberano – *dux Normannorum et Aquitanorum et comes Andegavorum* – pretendia, acima de tudo, ser reconhecido como *Rex Anglorum*. A Inglaterra era, pois, o lugar onde poderia exercer seu domínio sobre as três ordens da sociedade, os *oratores*, *bellatores* e *laboratores*. Domínio idealizado na reformulação do esquema trifuncional da sociedade, citado por Georges Duby, e no qual Henrique II, ao deixar de ser o

primeiro entre os *bellatores*, deixava de ser apenas um guerreiro, tornando-se o condutor de todo o reino.

Marie de France em seu meio literário

Marie de France foi a primeira mulher de seu tempo a escrever, sucessivamente, no vernáculo (BURGESS e BUSBY, 1986: 17) ou romance – nome que se dava, na Idade Média, a todas as línguas neolatinas (CURTIUS, 1957: 33). Embora *de France*, Marie viveu na segunda metade do século XII, na corte inglesa de Henrique II Plantageneta, para cujo público suas obras, escritas no idioma franco-normando, se destinavam. Mais conhecida pela autoria dos *Lais*, Marie também nos deixou uma coletânea de fábulas, denominada *Esopo*, e o *Espurgatoire Seint Patriz*, baseado no texto latino do monge Henry de Saltrey.

Os *Lais*, ao reunirem amor cortês e matéria da Bretanha, permitem situar Marie de France nas tendências literárias de seu meio social. De acordo com o relato de um escritor da época, Denis Piramus, os *lais* de Dame Marie eram muito apreciados pelos freqüentadores da corte – condes, barões, cavaleiros e damas -, que neles encontravam as histórias que desejavam (BURGESS e BUSBY, 1986: 11). As histórias que os *lais* contavam e que tanto agradavam à nobreza eram repletas de aventura, amor e magia. No Prólogo, Marie dedica a obra a um “nobre rei que é tanto valente como cortês”, o qual tem sido identificado com Henrique II (BURGESS e BUSBY, 1986: 12). Quanto a Artur, personagem do *lai Lanval*, seus atributos coincidem com os do rei da dedicatória, já que também era valente e cortês, qualidades valorizadas pelo ideal cavaleiresco. Além disso, Artur era generoso: distribuía ricos presentes a seus condes, barões e cavaleiros da Távola Redonda.

Mas nem só de amor e magia se alimentava a literatura de Marie de France. Escritora de seu tempo, não deixou escapar uma das formas de pensamento preferidas na Idade Média, a alegoria (KER, 1932: 184). No rastro do movimento de revalorização da literatura latina, Marie lançou mão do pensamento alegórico e o expressou em forma de fábulas. Desse modo, é possível afirmar que os *lais* e as fábulas de Marie de France se inscrevem tanto na “reação folclórica” como na “Renascença do Século XII”, uma vez que a autora se dedicou a gêneros literários e a temáticas que estabelecem sua ligação com a tradição, com o saber e com os propósitos políticos de seu soberano.

Embora atualmente Marie de France seja mais conhecida pelos *Lais*, até o século XVIII era às fábulas que seu nome estava ligado. Foi somente no século XIX que o lirismo dos *lais* atraiu a atenção dos românticos, em virtude de seu interesse pelos tempos medievais (BRUCKER, 1991: 1). O sucesso de suas fábulas junto ao público medieval tem sido comprovado pela quantidade de manuscritos – vinte e três – que foram produzidos entre os séculos XIII e XVI (BRUCKER, 1991: 20), enquanto dos *Lais* só existem cinco (EYHERAMONNO, 1989: 10).

A fábula é um dos mais antigos gêneros literários, comum a todas as literaturas, tendo suas origens na Antigüidade mais remota, inclusive a oriental. Entretanto, tal gênero provavelmente cresceu de forma espontânea na Grécia antiga, sendo atribuído a Esopo o primeiro repertório de fábulas gregas (PREMINGER, 1965: 269). Esopo se

tornou tão conhecido através dos séculos que, na Idade Média, dava-se o nome de *Ysopet* (Isopete>Esopete>Esopo) a toda coleção de fábulas escritas à maneira de Esopo, ainda que tal coleção não contivesse nenhuma de sua autoria (EYHERAMONNO, 1989: 10; VASCONCELLOS, 1906: 160).

A fábula é um tipo de alegoria, assim como a parábola, o apólogo e o exemplo (THRALL, 1960: 8). Representação concreta de uma idéia, alegoria significa, literalmente, “dizer o outro” (KOTHE, 1986: 7). Esse dizer o outro se realiza através de uma metáfora, na qual objetos e pessoas da narrativa são comparados com intenções que estão colocadas fora da narrativa. Os personagens, acontecimentos e cenários de uma alegoria podem ser históricos, fictícios ou fabulosos, e seu significado pode ser religioso, moral, político, individual ou satírico (THRALL, 1960: 7-8). A fábula pertence ao tipo de narrativa alegórica que tem, geralmente, animais como personagens e uma lição moral como conclusão. Sua estrutura é composta de duas partes, o enredo e a moralidade, sendo esta última a mais importante. Muito embora o enredo contenha os elementos alegóricos que emprestam à narrativa seu caráter lúdico, ele é escolhido de acordo com a necessidade da moral, do ensinamento. Ou seja, a moral antecede o enredo, que serve apenas para legitimá-la (CUDDON, 1977: 251; KOTHE, 1986: 13 e 90; SHAW, 1982: 201; THRALL, 1960: 196).

As fábulas medievais são herdeiras de versões latinas do final do século IV e início do V. Fedro – fabulista latino do século I - deu origem a duas coleções denominadas *Romulus*, nome de seu suposto escritor. A primeira, conhecida simplesmente como *Romulus* e escrita em torno do ano 400, era formada por quase cem fábulas que um certo "Romulus imperator" havia traduzido do grego para seu filho Tiberinus. A segunda, conhecida como *Romulus de Nilant* – nome derivado de seu primeiro editor, J.-F. Nilant, em 1709 – foi escrita no século XI e era composta por cinquenta fábulas próximas da mais antiga tradição do Romulus (BOIVIN e HARF-LANCNER, 1996: 17-23).

Escrito em torno de 1170, o fabulário de Marie de France é uma coletânea composta por cento e três fábulas, das quais as quarenta primeiras são derivadas do *Romulus de Nilant* (BOIVIN e HARF-LANCNER, 1996: 21). Embora no Epílogo Marie identifique sua coleção pelo nome de *Esope*, a ligação de seu fabulário com a antiga tradição do Romulus é sublinhada no Prólogo:

Romulus, que foi imperador
escreveu e enviou para seu filho
e através de exemplos mostrou
como ele deveria se defender
do engano dos homens. (vv.12-16).

Quanto à fonte – ou fontes – das outras sessenta e três fábulas, sua origem é desconhecida, e estaria relacionada a uma enorme quantidade de tradições literárias que vão de Bidpai e do *Panchatantra*, na Índia, ao *Roman de Renart*, passando por tradições folclóricas diversas, tais como a alemã, a italiana, a árabe e a russa. Nesse sentido, algumas fábulas de Marie de France estariam ligadas tanto a uma tradição erudita e escrita, como a uma tradição folclórica e oral (SPIEGEL: 1994: 6).

O fabulário de Marie de France é a mais antiga coleção existente no vernáculo da Europa ocidental (SPIEGEL, 1994: 3). Além disso, é uma das únicas coletâneas de fábulas medievais com autoria nomeada (VASCONCELLOS, 1906: 158), fato que parece confirmar a observação de Philippe Ménard, para quem o surgimento de obras com indicação de autoria, durante os séculos XII e XIII, estava ligado à prática do patrocínio literário (MÉNARD, 1979: 13) .

Com efeito, no Epílogo ela nos informa que escreveu as fábulas a pedido do “conde Guilherme”, a quem se refere, no Prólogo, como "flor da cavalaria, do ensinamento e da cortesia". De sobrenome desconhecido e identidade controvertida, várias hipóteses foram levantadas na tentativa de identificar o referido conde: Guilherme de Mandeville, conde de Essex, e Guilherme de Gloucester, para o caso das fábulas terem sido escritas durante o reinado de Henrique II; Guilherme Longue-Epée, conde de Salisbury, e Guilherme Marechal, conde de Pembroke, para o caso das fábulas terem sido escritas após a morte de Henrique II (BURGESS e BUSBY, 1986: 16). Mas, qualquer que tenha sido o conde em questão, todos os quatro possuíam em comum o fato de terem sido estreitamente ligados à realeza inglesa.

Embora escrito a pedido de um membro da cavalaria, no Epílogo Marie de France mais uma vez deixa transparecer sua ligação com a realeza inglesa ao informar a procedência de seu fabulário:

Por amor ao conde Guilherme,
o mais valente de todo o reino,
me comprometi a escrever este livro
e do inglês ao romance traduzi-lo.
A este livro chamam Esopo,
que o mandou escrever e traduziu,
e do grego traduzido ao latim;
o rei Alfredo, que muito o apreciou,
depois o traduziu para o inglês
e eu o rimei em francês
o mais exatamente possível. (vv.9-19)

A referência a Alfredo se resume a dois únicos versos. E, mesmo nas vinte e quatro fábulas de cunho político, nada mais é revelado ou sugerido a respeito do soberano saxão. Além disso, a referência a um rei saxão, em tempos de resgate e valorização da cultura bretã – inclusive pela própria Marie de France - poderia parecer estranha. Mas, a nosso ver, a referência a seu nome não foi gratuita.

Alfredo e Henrique II, dois reinados, um mesmo ideal

Embora separados por três séculos, é possível estabelecer algumas analogias entre os reinados de Alfredo e de Henrique II. Ambos herdaram um reino enfraquecido pelas guerras: no caso de Alfredo, contra os dinamarqueses; no caso de Henrique II, entre os poderes central e local. Ambos se lançaram à organização das finanças e da justiça, revivendo práticas legislativas de seus antecessores. E, além de se preocuparem com o desenvolvimento da cultura, os dois soberanos incentivaram a propagação de

obras no idioma vulgar. Finalmente, ambos esboçaram um esquema da sociedade de ordens muito semelhante, como ficou demonstrado através do esquema tripartido, formulado por Alfredo, e o projeto político do soberano plantageneta, delimitado anteriormente por Georges Duby ao se referir à posição ocupada pelo rei no esquema idealizado por Henrique II. Apesar da religiosidade de Alfredo, e do fato de Henrique II ter contado com os serviços de um clérigo na elaboração de seu esquema tripartido, ambos estavam voltados para uma concepção laica do poder temporal.

A preocupação com a cultura e com o saber não estava dissociada da política. Segundo Jacques Le Goff, Alfredo via na cultura um incomparável instrumento de governo e de educação, motivo pelo qual empreendeu uma obra considerável para dar bases sólidas ao seu Estado (LE GOFF, 1983, v.II: 255). E, como vimos anteriormente, Georges Duby concede a mesma explicação para as obras incentivadas por Henrique II durante seu reinado.

Contudo, havia uma diferença entre ambos no que diz respeito ao aspecto cultural. Embora Henrique II tenha sido um rei culto e instruído, não se dedicou, como Alfredo, a traduzir obras escritas em latim para o idioma vulgar, o que pode ser explicado pelas circunstâncias de cada época. Se o trabalho de Alfredo foi solitário e pioneiro, visando incentivar as gerações futuras na consolidação de uma literatura em língua vulgar, Henrique II já podia contar com um quadro de escritores e tradutores especializados, dedicados à produção de obras no novo idioma da corte, Marie de France entre eles.

Ao informar o itinerário lingüístico – grego, latim e inglês – de suas fábulas escritas em francês, Marie de France estabelece sua ligação com um gênero didático de origem pagã, com a tradição latina e com o saber antigo, bem como com a herança saxônica. Muito embora Marie insista em afirmar que se limitou a traduzir as fábulas "o mais exatamente possível", sua intervenção pode ser comprovada através das fábulas de cunho político. Protagonizadas pelo rei e pelos nobres, o contexto das relações políticas feudais é revelado através do vocabulário característico da época: "rei", "senhor", "barão", "visconde", "felonia", "honra", "lealdade" e "fé". Além disso, ao identificar Alfredo como o tradutor do livro que lhe serviu de fonte, Marie concede autoridade não apenas ao seu próprio ofício, mas também aos ensinamentos contidos na obra, em especial nas fábulas políticas. Com efeito, ao ligar o nome de um rei ancestral a uma obra que inclui o perfil do soberano ideal (LOBATO: <http://www.ricardocosta.com/fabula.html>), Marie de France sugere que tal concepção do poder monárquico, pertencendo à tradição, deveria ser respeitada por todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estavam envolvidos nas relações de poder.

Como foi afirmado anteriormente, a lembrança de Alfredo sobreviveu durante toda a Idade Média. Seus livros ainda eram copiados na Inglaterra normanda - os *Solilóquios*, de Santo Agostinho, foram preservados em um único manuscrito do século XII (STENTON, 1971: 275) -, e sua fama pode ser exemplificada através dos nomes pelos quais se tornou conhecido: *Alfredo o Grande*, *O Querido da Inglaterra* e *Alfredo o Contador de Verdades* (WAINWRIGHT, 1955, v.1: 252).

Essas "verdades" contadas por Alfredo nos conduzem à sua fama como criador de provérbios (ATKINS, 1932: 219), possivelmente inspirada pelas palavras finais dos *Solilóquios*: "Aqui terminam os provérbios do rei Alfredo". Preservados em três manuscritos do século XIII, os *Provérbios de Alfredo* são, por sua vez, versões de outra coletânea mais antiga, da segunda metade do século XII (ATKINS, 1932: 218) – contemporânea, portanto, de Marie de France. Entretanto, a ligação entre Alfredo e os provérbios a ele atribuídos deve ser aceita com alguma reserva, pois o uso de seu nome nessa coleção pode ter servido apenas como expediente para adicionar aos ditos populares a autoridade de um grande nome (ATKINS, 1932: 219). O mesmo pode ser cogitado quanto ao *Esope* pois, muito embora Marie afirme que Alfredo o traduziu do latim para o inglês, nenhuma das duas versões sobreviveu (THOMAS, 1932: 106).

Dessa forma, a referência a Alfredo, feita por Marie de France, não foi gratuita, pois o século XII, além de ter resgatado a figura de Artur, presenciou também o culto à memória de Alfredo. Ao lado dos provérbios a ele atribuídos, o culto a esse rei também pode ser comprovado através de três simples palavras de um escritor desconhecido do século XII: "Alfredo, o Querido da Inglaterra" (HODGKIN, 1920: 314). Portanto, não é de se estranhar que Marie, ligada à "matéria da Bretanha", tenha se referido a um rei saxão. Ela estava a serviço da realeza, não nos esqueçamos. E, como rei, Alfredo unificou parte da Inglaterra, cuidou das finanças do reino, promulgou um código de leis visando manter a ordem, promoveu a cultura, incentivou o desenvolvimento da língua vulgar e idealizou uma sociedade na qual o rei pairava sobre todos os demais. Um rei exemplar. Um modelo a ser seguido pelo soberano de Marie de France e a ser respeitado pelos seus súditos.

Conclusão

No duelo entre cabeças coroadas, cujo palco foi a literatura do século XII, a vitória de Artur sobre Alfredo representa a vitória de um rei mítico sobre um rei histórico, a vitória do imaginário bretão sobre o legado saxão. Com efeito, a identificação entre o povo inglês e seus ancestrais bretões atravessou séculos e fronteiras – pois não se batizou de Grã-Bretanha ao império formado pela Inglaterra a partir do imperialismo?

Entretanto, o fato de Alfredo ter sido preterido por Artur não torna seu papel no imaginário político do século XII menos significativo. A nosso ver, o resgate de Alfredo e de Artur, ocorrido simultaneamente, representa um momento da história inglesa no qual a nova dinastia, inaugurada por Henrique II, procurava ligar seu nome a tradições ancestrais. E, naquele momento, Alfredo - o único rei que recebeu o apelido *O Grande* – foi um soberano que, pelo caráter histórico de suas realizações, também forneceu um exemplo adequado à política centralizadora de Henrique II.

Bibliografia:

1) Fontes Primárias:

ALFREDO. Textos diversos. Citado por BOOKE, S.A. "Old English literature". In: PATRICK, D. (Ed.). *Chambers's Cyclopaedia of English literature*. V. I: 7th-17th Century. 2.ed. London : W. & R. Chambers, 1927.

- ALFREDO. Textos diversos. Citado por BROOKE, C. *From Alfred to Henry III (871-1272)*. New York/London, W.W. Norton, 1969.
- MARIE DE FRANCE. *Les fables*. Ed. e trad. Charles Brucker. Louvain : Peeters, 1991.
- MARIE DE FRANCE. *Lais*. Trad. Laurence Harf-Lancner. Paris : Librairie Générale Française, 1990.

2) Fontes Secundárias:

- ATKINS, J.W.H. "Early transition English". In: WARD, A. W. , WALLER, A. R. (Eds.). *The Cambridge history of English literature*. V.I: From the beginnings to the cycles of romance. Cambridge : At the University Press, 1932.
- BLOCH, M. *A sociedade feudal*. Lisboa : Edições 70, 1979.
- BOIVIN, J.-M, HARF-LANCNER, L. "Introduction". In: *Fables françaises au Moyen Age: Les Isopets*. Trad. Jeanne- Marie Boivin e Laurence Harf-Lancner. Paris : Flammarion, 1996.
- BROOKE, C. *From Alfred to Henry III (871-1272)*. New York/ London : W.W. Norton, 1969.
- _____. "Renascença do Século XII". In: LOYN, H.R. (Org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1990.
- BROOKE, S. A. "Old English literature". In: PATRICK, D. (Ed.). *Chambers's Cyclopaedia of English literature*. V.I: 7th-17th Century. 2.ed. London : W. & R. Chambers, 1927.
- BRUCKER, C. "Introduction". In: MARIE DE FRANCE. *Les fables*. Ed. e trad. Charles Brucker. Louvain : Peeters, 1991.
- BURGESS, G.S., BUSBY, K. "Introduction". In: *The Lais of Marie de France*. Trad. Glyn S. Burgess e Keith Busby. London : Penguin, 1986.
- CLANCHY, M.T. *From memory to written record, England 1066-1307*. 2.ed. Oxford : Blackwell, 1993.
- CUDDON, J.A. *Dictionary of literary terms*. London : André Deutsch, 1977. (Verbete "Fable").
- CURTIUS, E.R. *Literatura européia e Idade Média latina*. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1957.
- DUBY, G. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa : Estampa, 1982.
- _____. *Guilherme, o Marechal*. Lisboa : Gradiva, 1986.
- _____. *Damas do século XII: a lembrança das ancestrais*. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.
- _____. "O modelo cortês". In: DUBY, G., PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente*. V.2: A Idade Média. Porto : Afrontamento, 1993, p.331-351.
- EYHERAMONNO, J. "Introducción". In: MARIE DE FRANCE. *Fabulas medievales (Ysopet)*. Ed. e trad. Joëlle Eyheramonno. 3.ed. Madrid : Anaya, 1989.
- HODGKIN, T. *The political history of England*, v.I. London : Longmans, Green & Co., 1920.
- JONES, W.L. "Latin chroniclers from the eleventh to the thirteenth century". In: WARD, A.W., WALLER, A.R. (Eds.). *The Cambridge history of English literature*. V.1: From the beginnings to the cycles of romance. Cambridge : At the University Press, 1932.
- KER, W.P. *English literature: mediaeval*. London : Thornton Butterworth, 1932.
- KOTHE, F. *A alegoria*. São Paulo : Ática, 1986.
- LE GOFF, J. *A civilização do Ocidente medieval*, v.II. Lisboa : Estampa, 1983.

- _____. "Nota sobre sociedade tripartida, ideologia monárquica e renovação econômica na Cristandade do século IX ao século XII". In: IDEM. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa : Estampa, 1979, p.75-84.
- _____. "Cultura clerical e tradições folclóricas na civilização merovíngia". In: IDEM. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa : Estampa, 1979, p.207-219.
- LOBATO, M.N. "O rei e a nobreza nas fábulas de Marie de France: uma contribuição para o estudo do poder na Idade Média". In: COSTA, Ricardo da. *História Medieval*. <http://www.ricardocosta.com>
- _____. "A águia: uma representação do rei ideal no *Esopo* de Marie de France". In: COSTA, Ricardo da. *História Medieval*. <http://www.ricardocosta.com>
- LOYN, H.R. (Org). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1990. (Verbetes "Bretanha").
- MEGALE, H. "Introdução". In: *A demanda do Santo Graal*. Trad. Heitor Megale. São Paulo : T.A. Queiroz/Editora da Universidade de São Paulo, 1989.
- MÉNARD, P. "Marie de France en son temps". In: *Les Lais de Marie de France*. Trad. Philippe Ménard. Paris : Presses Universitaires de France, 1979.
- MORTON, A.L. *A história do povo inglês*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1970.
- NELSON, J. "Alfredo, o Grande". In: LOYN, H.R. (Org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- POOLE, A.L. *From Domesday Book to Magna Carta (1087-1216)*. Oxford : Oxford University Press, 1951.
- POWER, E. *Les femmes au Moyen Age*. Paris : Aubier Montaigne, 1979.
- PREMINGER, A. *Princeton encyclopaedia of poetry and poetics*. Princeton, New Jersey : Princeton University Press, 1965. (Verbetes "Fable in verse").
- RICHÉ, P. *As invasões bárbaras*. Lisboa : Europa-América, s/d.
- SHAW, H. *Dicionário de termos literários*. Lisboa : Dom Quixote, 1982. (Verbetes "Fábula").
- SPIEGEL, H. "Introduction". In: MARIE DE FRANCE. *Fables*. Trad. Harriet Spiegel. 2.ed. Toronto : University of Toronto Press, 1994.
- STENTON, F.M. *Anglo-Saxon England*. 3.ed. Oxford : Oxford University Press, 1971.
- THOMAS, P.G. "Alfred and the Old English prose of his reign". In: WARD, A.W., WALLER, A.R. (Eds.). *The Cambridge history of English literature*. V.I: From the beginnings to the cycles of romance. Cambridge : At the University Press, 1932.
- THRALL, W.F. et alii. *A handbook to literature*. New York : The Odissey Press, 1960. (Verbetes "Allegory" e "Fable").
- VASCONCELLOS, J.L. de. *O Livro de Esopo*. Fabulário português medieval. Lisboa : Imprensa Nacional, 1906.
- VIZIOLI, P. *A literatura inglesa medieval*. São Paulo : Nova Alexandria, 1992.
- WAINWRIGHT, F.T. "Alfred". In: CHAMBERS'S ENCYCLOPAEDIA, v.5. London : George Newnes, 1955.
- WALLER, A.R. "The Norman Conquest". In: WARD, A.W., WALLER, A.R. (Eds.). *The Cambridge history of English literature*. V.1: From the beginnings to the cycles of romance. Cambridge : At the University Press, 1932.
- WHITELOCK, D. "Alfred". In: THE NEW ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, v.1. 15.ed. Chicago, 1987.
- ZIERER, A. "O mito arturiano e sua cristianização". In: COSTA, Ricardo da. *História Medieval*. <http://www.ricardocosta.com>